

DE MAL A PIOR, ATÉ MUDAR

Rogério Fernandes Ferreira

Num país como Portugal, num Mundo turbulento, cheio de imprevistos, viver-se-á decerto pior se se continuar sem mudar situações existentes que se consideram advindas da crise, pensando que esta é doença conjuntural, logo passageira. E não é.

A doença existente está grave, crónica, estrutural. Doença de desfecho imprevisível e perigoso se a Nação não usar remédios que se impõem.

Afirmo que desde o 25 de Abril, os portugueses, praticamente quase todos, vieram alcançando, uns mais que outros, maiores remunerações, mais regalias sociais, menos horas de trabalho, mais assistência na saúde e na educação. Tudo óptimo !

Grande parte da população passou a dispor de casa própria e até mais de uma, de automóveis, televisores, telemóveis e, em geral, mais acessos a bens e serviços públicos, designadamente de saúde e cultura. Tudo também óptimo, mas com isso acresceram os consumos e os gastos do País.

Quanto a outro lado, o das contrapartidas, será de perguntar que produções terão ocorrido ? A este respeito assinala-se como ponto recente e grave, ter-se, entretanto, 10% dos portugueses, em idade activa, actualmente desempregados, ao que acrescem muitos pré-reformados e reformados. Mais: há reformados que exerciam cargos políticos ou mandatos sociais em grandes empresas (banca e empresas públicas) com reformas escandalosas em termos de valores atribuídos e/ou por não terem correlação com quotizações pagas.

Às atribuições no nosso País de rendimentos sem contrapartidas satisfatórias de quem os obtém vieram a juntar-se avultadas despesas da máquina estatal, sobrecarregada com funcionários em excesso e demais encargos, não havendo receitas suficientes para a isso fazer face.

Os orçamentos do Estado vêm apresentando défices em crescendo, não sendo já comportável crescer impostos. Cortes em gastos públicos faziam rezear perdas de votos. E os nossos políticos não têm sido cultores de práticas que visem desfavorecimentos em votos. O culto nacional foi o do ganho dando

pouco em troca, não abdicando de direitos adquiridos, conquistas do 25 de Abril.

Medidas a reduzir excessos de consumos ou a estabelecer ganhos compatíveis com a produção nacional tiveram sempre obstruções dos que assim se sentiam afectados, qualquer que fosse o sector comunitário em causa - governantes, parlamentares, juizes, militares, polícias, professores, etc.

Quem vê estatísticas da parca produção alcançada no País e a compara com os consumos, bem conclui que os défices são insustentáveis, que se produz menos do que se gasta. São assustadoras as situações da balança comercial, das finanças do Estado e também das empresas que, face à Constituição e mais legislação, não têm modos de compatibilizar os seus gastos em recursos humanos, perante níveis de produção ou actividade reduzidos.

Uma economia nos moldes descritos, financeiramente debilitada, e em que se alia uma sociedade desregrada, em que ocorrem actos de corrupção e de roubo generalizado, cometidos quer por cidadãos altamente colocados, quer por cidadãos que vivem de pequeno peculato e sem hábitos de trabalho, tem de mudar de comportamentos. É necessário que tais mudanças não continuem a tardar.

Terminando, anota-se que este escrito se elaborou antes do último Natal. Fez-se na ocasião uma inquirição junto de amigos, economistas e juristas. As respostas confirmam o que se aponta e pensa. E a Mensagem de Ano Novo do Presidente da República veio acentuar a gravidade da situação e a necessidade de esforços de concertação entre forças partidárias. Foi feito também apelo à banca e a outros intervenientes na economia. Para que as empresas, as que restam e em perigo, deixem de suportar, entre o mais, spreads por estarem em dificuldade, pois onerá-las assim é conduzi-las à falência e, em consequência, a mais perdas de produção e de postos de trabalho. Assim nem a Banca se salva...